



MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo

GABINETE DE INFORMAÇÃO

ANO II - Nº 0055
SEMANAL

Directora - Tónia Macúcuca | Editor - Mendes José | 28 de Maio 2014 | Distribuição Gratuita

“Moçambicanos devem manter fé e esperança”



• pag's 2 a 6

SETE MILHÕES: foco da governação de Filipe Nyusi



• pag 4

ITIE divulga relatório de transparência na Indústria Extractiva



• pag 11

Governo mobiliza financiamento para infra-estruturas



• pag. 8

“Moçambicanos devem manter fé e esperança”

- Encoraja PR Armando Guebuza

Por : Brigida da Cruz Henrique/Moçambique e Adilson Adhane(fotos)

“Através das vossas mensagens, soubemos que Mabalane registou muitas realizações, mas ainda estamos longe de atingir a meta. Soubemos que se preocupam e estamos todos preocupados com os ataques da Renamo, mas devemos defender a paz o máximo possível, dialogando sobre a unidade e a paz, e nunca recorrer ao abastão “nduku” ou “txigomba” “xiboko”, para ultrapassarmos as nossas diferenças. Devemos, sim, nos debruçarmos sobre esse bem imensurável todos os dias, na família, no local de trabalho... o diálogo é para todos; é responsabilidade do governo, por isso está em negociações com a Renamo”, iniciou assim o comício em Mabalane, orientado pelo Presidente da República, Armando Guebuza.

“Mabalane fica a norte da província de Gaza, numa superfície de 9.580 quilómetros quadrados, com 32.752 habitantes, densidade populacional de 3,4 habitantes por quilómetro quadrado, de acordo com o censo de 2007. O distrito é composto por três postos administrativos, por sua vez, com 10 localidades. A actividade predominante é a agro-pecuária.

Mabalane faz fronteira com Chicualacuala, a norte e leste com o distrito de Chigubo, a sudeste com o distrito de Guijá, a sul com o distrito de Chókwè e a sudoeste faz limite com o distrito de Massingir. É naquele distrito que a população, na sua mensagem, encorajou o governo a prosseguir, com toda a paciência, com o diálogo que vem mantendo com a Renamo, desde o ano passado.

Depois de repudiar veementemente os ataques armados da Renamo, a população de Mabalane, representada pelo líder Filipe Joshua, pediu o fim imediato das mortes e destruição de bens.

“A guerra terminou em 1992 e houve eleições em 1994. Temos vindo a trabalhar com afinco, para melhorar as nossas condições de vida e, por



Presidente da República, Armando Guebuza

consequente, desenvolver o país, e não queremos regredir”.

“Eu perdi toda a minha família numa única bala. Vivi o espectro da guerra. Sei o que é isso, por isso, basta de destruições. Crescimento, desenvolvimento e bem-estar é, hoje, a palavra de ordem em Mabalane”, afirmou, por seu turno, Abel Chaúque, um dos 10 cidadãos convidados a falar.

“Não importa o tempo que o diálogo durar. Só queremos que haja resultados positivos, que conduzam ao fim das hostilidades”, concluiu Filipe Joshua, líder comunitário.

Depois de agradecer pelas realizações alcançadas e pelo impacto dos sete milhões de meticais em Mabalane, bem como reagindo à mensagem da população, o Presidente da República, Armando Guebuza, assegurou que o governo continuará a dialogar com a Renamo, “para levá-la a compreender que o país quer a paz para poder continuar a desenvolver”, anotou o Chefe do Estado, instando, entretanto, a população a privilegiar, em todos os momentos da sua vida, a unidade entre os cidadãos a todos os níveis, em defesa da paz, condição primordial para o desenvolvimento do país.

“A unidade é algo sobre a qual devemos nos debruçar, pensar, construir e cultivar em todas as circunstâncias, na família, no local de trabalho e organizações sociais. Os moçambicanos devem estar unidos, como se unem as famílias quando um membro contrai matrimónio”, observou o Presidente da República, acrescentando que Moçambique independente surgiu por causa da unidade, a unidade de todos os moçambicanos, por isso, “continuaremos, no máximo, a dialogar em prol da paz e da tranquilidade nacional”.

Filipe Jacinto Nyusi: candidato forte em Mabalane

Para o Chefe do Estado, os moçambicanos precisam renovar as forças e a esperança para crescer as suas convicções, a fé e a certeza de que amanhã poderá e há-de ser melhor se se cultivar o diálogo e a paz, e se trabalhar, porque Moçambique é um país virgem. “Ainda estamos a aprender a governar, e é possível haver obstáculos e dificuldades que poderão ser vencidos, através da fé renovada e convicções reforçadas.

Embora se observe algum desenvolvimento, Mabalane continua a

Cont. na pág 3

enfrentar dificuldades, sobretudo, a falta de água, assistência sanitária, energia eléctrica, que ainda não chega para todos, mas “não podem se desesperar, porque o país está avançar”.

O Presidente da República disse à população de Mabalane que

Moçambique vai realizar eleições gerais em Outubro próximo, que, para o efeito, elegeu Filipe Jacinto Nyusi candidato à presidência da República, solicitando, por isso, que a população o apoie, como apoiou o seu projecto de governação.

A população de Mabalane, uma vila, que

embora apresente focos de crescimento, clama por investimentos e infra-estruturas para estar ao nível de desenvolvimento de outras sedes distritais, prometeu votar em Filipe Jacinto Nyusi, como garante da implementação do projecto Guebuziano.

SETE MILHÕES: foco da governação de Filipe Nyusi

O Presidente da República, Armando Guebuza, despediu-se de Inhambane e, em conjunto com a população, mediu o impacto da governação aberta e inclusiva, levada a cabo nos cerca de 10 anos em que esteve no poder. Para os mutuários do Fundo de Desenvolvimento Distrital, “valeu a alocação dos 'Sete Milhões', porque permitiu a criação de bases para o desenvolvimento nacional”. Já se percebe que só trabalhando com afinco será possível reduzir os níveis de pobreza no país. “Os sete milhões mudaram a vida de muitos moçambicanos, mas o facto de ainda não se ter definido completamente os mecanismos de reembolso, não quer dizer que se encerre a alocação de fundos, tanto é que os níveis de amortização ganharam dinamismo com a intervenção e monitoria dos Conselhos Consultivos Locais”- considerou o Chefe do Estado, no fim da sua visita à província de Inhambane.

Em todos os encontros com a população, incluindo jovens, só chovem elogios sobre as realizações dos últimos 10 anos, quer em cânticos, dança ou em intervenções. A tónica é que a vida dos moçambicanos melhorou bastante aos olhos de todos, desde a provisão dos serviços sociais, fomento do gado bovino, entre outros ganhos.

Aos jornalistas que cobriram a última etapa da presidência aberta e inclusiva



Candidato da Frelimo, Filipe Nyusi

em Inhambane torna-se difícil construir os seus títulos e leads, porque a tónica das intervenções é similar: “obrigado Presidente Guebuza pelo projecto dos sete milhões de meticais; ganhamos nova maneira de ser, estar e agir perante o trabalho. São muitos os ganhos; o que falta, irá dar continuidade Nyusi, porque em Massinga, Inhambane e Mabote a sua vitória é certa”.

Como enfatizou Sebastião Manhiça, ido de Hunguana, com os sete milhões até os preguiçosos pegaram em enxadas e produzem banana, ananás, hortícolas, em vastas áreas, passando a abastecer Vilanculos. “Temos gado bovino, barcos de pesca, mas é preciso melhorar as vias de acesso, expandir cada vez mais a rede de energia eléctrica, água potável e unidades

sanitárias de referência”.

A população pediu e de forma insistente a paz, que depende da celeridade do diálogo entre o Governo e a Renamo. A Paz é um bem precioso que deve perdurar. Nesta convicção, os jovens de Massinga, reunidos na Universidade Pedagógica local, ofereceram ao Chefe do Estado um casal de pombos, como símbolo da paz almejada por todos os moçambicanos, sem distinção e que, por isso, deve ser permanentemente cultivada.

Teodósio Rafael condenou a insegurança que vive no país, causada pelos ataques da Renamo, solidarizando-se com os jovens das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, que se encontram nas zonas de conflito, apelando, entretanto, para que o diálogo entre as partes seja célere, de modo a chegar-se a um

Cont. na pág 4

entendimento, que beneficie a todos os moçambicanos.

Por sua vez, Reinaldo Txemane diz que os jovens de Massinga estão comprometidos com a paz, pois, “nós sabemos de onde viemos, onde estamos e para onde vamos”. O mesmo nível de elogios viveu-se na cidade de Inhambane, onde os jovens prometeram votar no candidato Filipe Jacinto Nyusi, que se dirigiu à população debruçando-se sobre a continuidade que empreenderá nos projectos de desenvolvimento, respeitando os ideais de Eduardo Mondlane, Samora Machel, Joaquim Chissano e Armando Guebuza, assegurando a continuidade da unidade nacional. O conceito de continuidade e renovação dominou a intervenção de Filipe Jacinto Nyusi, candidato da Frelimo às quintas eleições gerais de 2014, que assume com responsabilidade a missão de

concorrer à liderança do país, assegurando que o seu governo continuará a consolidar as conquistas alcançadas em Moçambique. “Continuidade é continuar a consolidar a unidade nacional, a paz e o desenvolvimento, e governar significa construir mais escolas, mais hospitais, estradas e muitas outras infra-estruturas”, afirmou Nyusi.

Para alcançar aquele desiderato, Filipe Jacinto Nyusi privilegiará o contacto directo com a população, para dela colher conselhos sobre as estratégias que deve seguir, para garantir o bem-estar e harmonia sociais.

Mesmo com a mudança constante das condições atmosféricas, com momentos de chuva, sol, frio e calor, as mais de duas mil pessoas, entre adultos, jovens e crianças, estavam atentas às palavras de encorajamento e de esperança de um Moçambique, onde a paz será uma realidade, acrescentando, entretanto “que devemos saber valorizar e acarinhar as conquistas individuais e colectivas conseguidas ao longo dos últimos 10 anos.

Para Guebuza, a vida é feita de desafios pessoais e colectivos, e os moçambicanos têm, todos, um objectivo comum: o bem-estar social. “As coisas boas que acontecem são fruto do nosso trabalho e da nossa vontade, por isso, continuaremos a ter muitas conquistas individuais e colectivas, se continuarmos empenhados neste projecto comum”.

Respondendo a uma pergunta sobre a alocação dos Sete Milhões de Meticais à população, uma vez que o processo de devolução não é cumprido plenamente pelos mutuários, Armando Guebuza, mentor projecto do Fundo de Desenvolvimento Distrital, anotou que “Os sete milhões mudaram a vida de muitos moçambicanos, mas o facto de ainda não se ter definido completamente os mecanismos de reembolso, não quer dizer que não se possa continuar a financiar os projectos, tanto é que com a intervenção dos Conselhos Consultivos Locais na monitoria e assistência técnica aos mutuários, os níveis de amortização melhoraram bastante”.

PARA CONSTRUIR BARRAGEM SOBRE O RIO LIMPOPO

Moçambique precisa de um bilião de dólares

“Em resposta ao pedido para a construção de uma barragem (hidroeléctrica) para “domesticar” os rios Limpopo e Vembe, que ciclicamente causam a morte e êxodo de milhares de pessoas, a perda de animais, culturas e equipamento de produção, os moçambicanos precisam de trabalhar muito. Construir escolas, formar engenheiros civis e outros especialistas, para dominarem a ciência e a técnica, pagar impostos e conseguir-se um bilião de dólares norte-americanos, para a construção da barragem” - apontou o Presidente da República, Armando Guebuza, à sua chegada ao distrito de

Chókwè, província Gaza, a porta de entrada da última presidência aberta àquela província.

Nos últimos 10 anos, Chókwè produziu bastante e mudou seu estilo de vida, mercê do incremento dos Sete Milhões de Meticais. Mas há que “domesticar” os rios Limpopo e Vembe, relatou o administrador de Chókwè, Artur Macamo, em nome da sociedade civil e da população locais. A população aumentou e melhorou as suas condições básicas. Tem energia eléctrica; escolas; hospitais e está garantido o fomento do gado bovino. “Chókwè trabalha muito, mesmo

perante as adversidades da mãe natureza, não verga, por isso reduziram os índices de desemprego. Chókwè é o “Celeiro da Nação”, já dizia Samora Machel” - citação da mensagem da população.

De acordo com Artur Macamo, quando o rio Limpopo se zanga, arrasta consigo tudo e todos. Há que encontrar-se consensos no diálogo entre o Governo e a Renamo, porque Chókwè quer continuar a trabalhar em paz e tranquilidade. A população pede igualmente apoio para a terceira idade e para os órfãos.

António Macie, residente em Chókwè, pede que se “domestique” os rios Limpopo e Vembe, construindo-se barragens e diques, para o controlo das cheias cíclicas, intensificação da produção agrícola através da irrigação das lavouras, produção de peixe, prática da agro-pecuária, produção de energia eléctrica que vai modernizar o processos produtivos, para garantir o conforto e bem-estar das comunidades.

O Presidente da República, Armando Guebuza, reconheceu a dimensão

dos Chókwè, que passam pela gestão das águas do rio Limpopo, que alimenta a população, mas que quando se zanga, também arrasta tudo e todos sem piedade.

“Existem problemas para os quais temos solução, mas não temos meios. O primeiro é o domínio da ciência e técnica para domesticar o Limpopo e o Vembe. Segundo, precisamos de um bilião de dólares norte-americanos para a construção de uma barragem; para isso, precisamos de engenheiros civis e outras especialidades, construir

mais escolas, pagarmos impostos” - referiu o Chefe do Estado.

O rio Limpopo é um dos maiores da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com uma área de drenagem de 408 250 km², cobrindo vastas áreas do Botswana, África do Sul e Zimbabwe. Forma fronteira natural entre África do Sul e Botswana através dos rios Marico e Crocodilo. Em Moçambique, o Limpopo percorre uma região de planície de inundação, atingindo o Oceano Índico.

COM EXEMPLO DAS ABELHAS

Um homem pode construir um mundo melhor

Mais de três mil cidadãos acorreram ao comício, em Chókwè, para interagir com o Chefe do Estado, Armando Guebuza, e com o candidato às quintas eleições gerais de Outubro próximo, Filipe Jacinto Nyusi. Ovacionaram também as 'Estrelas da Bandeira', face às mensagens e recados das crianças, traduzindo, de forma satírica e pedagógica, e num misto de português e xichangana, pediram o fim das hostilidades no país. “Que o diálogo entre o Governo e a Renamo seja célere e produza resultados, porque nós crianças do país de Mondlane, Samora, Chissano e Guebuza queremos estudar em paz e sem medo”. As crianças traduziram também o significado das cinco cores da bandeira de Moçambique.

Começou, assim, a presidência aberta e inclusiva em Chókwè, a porta de entrada à província de Gaza, depois de escalar Inhambane. Com uma cadeira de madeira para descanso, as crianças de Chókwè, representadas pelo grupo cultural Estrela da Bandeira dos Continuadores, agradeceram pelas

transformações operadas no decurso dos cerca de 10 anos de governação e, Filipe Jacinto Nyusi, ou o 'Nyoshi', candidato à presidência da República, recebeu uma catana e uma enxada, sinónimo de ter pela frente muita mata por desbravar.

Seguindo o mesmo formato dos outros encontros com a população, Armando Guebuza solicitou, de forma voluntária, 10 cidadãos, número que sempre excede, para criticar, aconselhar e orientar, para que nos próximos tempos, Filipe Jacinto Nyusi caminhe seguro e sem falhas. “É visível o trabalho desencadeado em 10 anos: energia, crescimento da rede escolar e sanitária, vias de cesso, mas pedimos a reabilitação do regadio do Chókwè, a manutenção das valas de drenagem, a construção de diques, apontou Leia, seguida por Elisabeth Ngomane, clamando por uma delegação dos Serviços de Migração em Chókwè.

É desejo de Ngomane que sejam alocadas viaturas a todos os chefes dos postos administrativos de Chókwè, para facilitar a sua deslocação nas

acções de monitoria às comunidades; apontou que uma fábrica de descasque de arroz faz também falta. “A produção do arroz envolve muitos custos, mas vende-se a um preço que não compensa os custos de produção; que implante também uma fábrica de processamento do tomate, porque o produto deteriora-se nos campos de produção.”

Barbosa Mucavele agradeceu a alocação de moageiras e tractores ao regadio de Chókwè, telefonia móvel, vias de acesso; todavia, “a paz alcançada em 1992 ensinou-nos a caminhar firmes e a passos largos rumo aos desafios que se impunham. Ela deve retornar. É urgente, é dela que depende o nosso bem-estar, a felicidade das nossas crianças. O governo deve acelerar o diálogo com a Renamo. Ele deve ser célere”.

É prudente exigir Paz à Remano

Dirigindo-se à população, Armando Guebuza sugeriu os residentes de Gaza para que fizesse a proposta de a Renamo ganhar a capacidade de ultrapassar as hostilidades, dialogando na mesa das conversações. “A Renamo é composta por

moçambicanos, que também precisam de votos, por isso deve colaborar, interagir e ouvir a voz do povo. A sociedade civil deve ajudar-nos a sensibilizar a Renamo”, observou o Chefe do Estado.

Ele tem esperança que através do diálogo permanente, Moçambique irá consolidar a paz; equivale a dizer que quando a Renamo compreender que o país precisa de paz, ela vai participar nos processos democráticos em obediência à Lei. “Mas o diálogo com a Renamo será contínuo, até que se alcance a paz”, promete o Presidente da República.

À semelhança de Zavala, Mabote,

Massinga e cidade Inhambane, a população de Chókwè está ciente que as acções em falta serão desenvolvidas sob a liderança de Filipe Jacinto Nyusi, que em Chókwè é carinhosamente tratado por 'nyoshi', o mesmo que abelha, que se espera que produza muito e muito mel para Moçambique inteiro.

Com as abelhas, o homem poderá tirar exemplos para construir um mundo melhor. O seu modelo de socialização, onde cada indivíduo possui uma função claramente definida, executada sempre em benefício do bem-estar da colectividade, dá um exemplo positivo

de convivência.

As abelhas também fornecem um dos mais puros e ricos alimentos naturais, o mel, e contribuem decididamente no processo da polinização. Hoje, com o desenvolvimento da apicultura, as abelhas deixaram de ser vistas como insectos perigosos e agressivos; É este projecto que a sociedade começa a construir à volta de Filipe Jacinto Nyusi, candidato primado em Chókwè.

Filipe Jacinto Nyusi identificando-se como 'Nyoshi', a abelha, promete, na sua típica humildade, conduzir os destinos de Moçambique, mas com o apoio do povo, que tanto ama e respeita.

RESULTADO DO APOIO AO ORÇAMENTO DO ESTADO

Moçambique melhora provisão de serviços básicos ao cidadão

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O país regista, nos últimos anos, melhoramento do acesso aos serviços básicos, contribuindo para a redução significativa da pobreza. Trata-se de uma constatação feita no âmbito da apreciação do relatório de avaliação independente do impacto do apoio ao Orçamento do Estado no período 2005-2012.

De acordo com o director Nacional de Planificação, Momad Juthà, que falava recentemente, num encontro de apreciação do referido relatório, trata-se de uma das melhores realizações nesta área, em relação às avaliações dos últimos anos, graças ao sucesso das políticas públicas adoptadas.

A fonte explicou que Moçambique regista progressos no que diz respeito ao acesso aos serviços sociais básicos, particularmente, saúde, educação, abastecimento de água, energia; acrescentando que não se deve olhar para a renda familiar como um dos mecanismos para avaliar a pobreza no país.

“Para a população moçambicana, o elemento monetário ainda não é uma grande preocupação”, alertou Momad Juthà, justificando que “a sociedade moçambicana é essencialmente agrícola e, nesse sentido, pode-se encontrar famílias

que são criadoras de gado, de aves de pequeno porte e que possuem machambas, mas que não têm dinheiro na conta”.

A partir das políticas adoptadas pelo governo, no âmbito do combate à pobreza, o executivo introduziu o Fundo de Desenvolvimento Distrital, para disponibilizar dinheiro às comunidades rurais.

Esta política, de acordo com o director Nacional de Planificação, mostra que o governo está preocupado em melhorar o acesso aos serviços sociais básicos no país.

“Se quisermos saber apenas quanto dinheiro as pessoas têm nas suas contas, a perspectiva de pobreza de renda será de acordo com o relatório; O que interessa é fornecer aos moçambicanos água e luz, educação, saúde, estradas e, mais tarde, criar mecanismos de acesso ao dinheiro”, explicou a fonte.

O director Nacional de Planificação apontou, entretanto, que o sector agro-pecuário continua a enfrentar dificuldades de prover alimentos, de forma suficiente, aos moçambicanos.

Momad Juthà explicou que para ultrapassar o défice, Moçambique está a privilegiar parcerias que vão garantir que o país seja auto-

suficiente através da experiência de países com potencial na área agro-pecuária.

“Moçambique é, hoje, auto-suficiente em algumas culturas; e temos parcerias com Vietname e Japão para potenciar a produção de arroz e trigo”, apontou o director, acrescentando que o apoio na implantação de infra-estruturas agrícolas é fundamental, sobretudo, irrigação, armazenamento e vias de acesso.

O consultor público de Finanças, Andrew Lawson, convidado ao encontro, defende que tendo em conta que a maioria dos moçambicanos está ligada ao sector agro-pecuário, é necessário estabelecer políticas que visam o melhoramento do acesso aos insumos agrícolas, sobretudo, fertilizantes, sementes e pesticidas.

Andrew Lawson exemplificou que em muitos pontos do país é difícil comprar fertilizantes, pois não existem provedores desses produtos, apelando, por isso, que se adopte políticas para incentivar o estabelecimento desses mercados, para que melhore o acesso a fertilizantes.

Apontou, entretanto, que para a redução da pobreza no país, é preciso que o governo invista na educação, numa perspectiva de haver resultados dentro de dez a quinze anos, bem como a implantação de infra-estruturas e criação de condições para o acesso ao emprego.

VII REUNIÃO NACIONAL DOS REGISTOS E NOTARIADO

Serviços de registos e notariado cada vez próximos ao cidadão

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

Nos últimos anos, tem sido preocupação do Governo expandir, pelo país, os serviços de registos e notariado. O acesso a estes serviços permite o aumento de cidadãos registados e garante o crescimento das receitas ao Estado.

O país conta, actualmente, com vinte e duas conservatórias da primeira, quarenta e cinco da segunda, oitenta e seis da terceira classe, treze cartórios notariais, 263 postos de registo civil e uma repartição do registo criminal.

Trata-se de dados divulgados no decurso da VII Reunião Nacional dos Registos e Notariado, realizada recentemente, em Maputo.

De acordo com a Ministra da Justiça, Benvida Levi, que presidiu a abertura do evento, é necessário que cada moçambicano seja vigilante para garantir a integridade e virtudes do Conservador e do Notário, dada a importância destes serviços na vida do cidadão.

Serviços de Registos e Notariado crescem em 2013

O relatório do balanço de actividades referente ao ano de 2013 indica a prática de 4.838.365 actos, que resultaram na receita de 267.234.744.99 meticais, contra 4.266.074 actos, que resultaram na receita de 227.864.198.70 meticais, em 2012. No período em análise, os actos e a receita registaram um crescimento na ordem de 13.41% e 17.28% respectivamente, em relação à realização do ano anterior.

O documento aponta que no mesmo período, o sector de notariado contribuiu mais em termos de actos e receitas, na ordem de 71.35% e 46.88% respectivamente, e as áreas de registo predial e de entidades legais contribuíram em menor escala, na ordem de 1.15% e 4.8% em actos e receitas, respectivamente.

Apesar dos avanços alcançados, há necessidade de se garantir o aumento do número de conservatórias e de cartórios pelo país, descentralizar a repartição do registo criminal e



Ministra da Justiça, Benvida Levi

prosseguir com a formação de funcionários em áreas específicas dos registos.

Aumenta número de registo civil no país

Em Novembro do ano passado, o Governo introduziu um pacote de registo de nascimento de crianças dos zero aos 59 meses, nas actividades da "Semana Nacional de Saúde", processo que permitiu o registo de 42.766 crianças.

Dados comparativos da actividade ao longo do país indicam que só em 2013, as conservatórias lavraram 432.121 registos de nascimento, no âmbito das suas atribuições e 384.937 registos de nascimentos de crianças dos zero aos 5 anos. Apesar de alguns constrangimentos, os números alcançados encorajam o sector a continuar a mobilizar parceiros para promover o direito de cidadania através do registo civil.

Entre 2005 e 2012, o país realizou campanhas de registo gratuito, tendo sido registados 9520.636 cidadãos nacionais, dos quais, 8.568.573 crianças e 952.063 adultos.

Registo civil e estatísticas vitais poderão melhorar a governação

Durante a VII Reunião Nacional dos Registos e Notariado foram avançados dados sobre os projectos do Registo Civil, Estatísticas Vitais e Boa Governação, que têm o objectivo de

garantir os direitos fundamentais do cidadão, elaborar políticas baseadas em evidências (PARP, PQG, PES), facilitar a ajuda ao desenvolvimento e garantir que as migrações internacionais e os movimentos de fronteiras sejam seguros.

O registo de nascimento e as estatísticas vitais são fundamentais para uma boa governação, pois é através de um sistema funcional de registo civil e de estatísticas vitais que os parceiros podem melhorar a alocação de fundos e acompanhar os projectos de assistência social básica como a educação, saúde e justiça.

Deste modo, o Ministério da Justiça encara como desafios, a necessidade de expandir a cobertura destes serviços através da reabilitação e construção de infra-estruturas de registo civil, promover campanhas de sensibilização da população, fortalecer os departamentos de estatísticas vitais nos Ministérios da Justiça e da Saúde e envolver as autoridades comunitárias como líderes de opinião dos actos de registo.

Notários aplicam a Lei no reconhecimento de assinaturas

A VII Reunião Nacional dos Registos e Notariado acontece numa altura em que os partidos políticos queixam-se de dificuldades, alegadamente criadas pelo Ministério da Justiça, no processo

de reconhecimento de assinaturas dos apoiantes às candidaturas eleitorais. Entretanto, a Ministra da Justiça esclareceu, à margem do encontro, que ao exigir o reconhecimento presencial das assinaturas, a instituição que dirige está a orientar-se pela Lei.

O facto é que o nº1 do artigo 165, do Código Notariado, de 1967 (período colonial) previa dois tipos de reconhecimento: por semelhança, que consistia na confrontação da assinatura com a existente no documento de identificação, sem a participação directa do assinante, e o reconhecimento presencial, assinatura feita diante do notário.

No ano de 2006, foi aprovado o Código Notariado da República de Moçambique, através do Decreto-Lei nº4/2006, de 23 de Agosto. O instrumento, no seu artigo 153, reconhece dois tipos de reconhecimento: Reconhecimento simples, em que obrigatoriamente o assinante apresenta-se diante do notário, e reconhecimento com menções especiais, o que inclui, por



VII Reunião Nacional dos Registos e Notariado

exigência da lei ou pedido dos interessados, a menção de qualquer circunstância especial que se refira a este, o seu reconhecimento pode ser presencial ou por semelhança, mas o legislador não fez menção ao tipo de documento referido.

No presente código, pressupõe-se que o legislador não prevê o reconhecimento por semelhança, por já existir o Decreto 30/2001, de 15 de Outubro, que faz desburocratização dos reconhecimentos. Também reservou ao notário, a eficácia e a

segurança jurídica dos actos pelo reconhecimento da assinatura na presença do assinante.

Em 2013, o Governo aprovou a Lei nº 8, de 27 de Fevereiro - Lei Eleitoral, que, no nº 3, do artigo 137, prevê que as assinaturas dos proponentes à candidatura devem ser reconhecidas pelo notário. Assim, este, ao exigir a presença do assinante no acto de reconhecimento da assinatura, está a agir dentro das linhas de orientação do Código Notariado.

Governo mobiliza financiamento para infra-estruturas

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

O executivo moçambicano, representado pelo Ministro das Finanças, Manuel Chang, e o Governo da China, representado pelo Vice-Presidente do Exim Bank da Coreia do Sul, Yim Seong-Hyeog, assinaram, segunda-feira, em Maputo, dois acordos de financiamento, no valor de 124.062.000,00 dólares norte-americanos, para a construção da estrada Nampula/Namitil e de aterros sanitários nas cidades de Maputo e Matola.

Falando após a assinatura, Manuel Chang explicou tratar-se de acordos em condições concessionais (taxa de Juro 0.01%, período de amortização 40 anos, incluindo 15 anos de período de graça), que vai financiar o projecto de construção da Estrada Nacional Número 104, que liga Nampula a Namitil, cujas obras estão avaliadas em cerca de 75.441.000,00 dólares.

A estrada Nampula/Namitil, com uma extensão de 74 quilómetros, vai permitir a ligação entre a cidade de

Nampula e os distritos de Angoche e Moma, que são potenciais produtores agrícolas, pescado, areias pesadas e titânio.

Os trabalhos de construção da Estrada Nacional Número 104 consistirão na elaboração do projecto detalhado de engenharia para a estrada e pontes, bem como a respectiva execução das obras de construção daquelas infra-estruturas.

“A implementação deste tão desejado projecto vai potenciar o desenvolvimento daquela zona, melhorando significativamente a vida da população, dinamizar a indústria extractiva, bem como impulsionar o turismo nas regiões costeiras”, disse o dirigente.

O projecto de aterros sanitários nas cidades de Maputo e Matola consiste implantação de infra-estruturas modernas de deposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos e está avaliado em cerca de 48.621.000,00

dólares americanos nas duas urbes.

De acordo com Chang, os aterros sanitários terão capacidade de acolher cerca de 1.400 toneladas de resíduos sólidos por dia.

O Ministro explicou que o projecto inclui a implantação de um centro de aproveitamento de resíduos, que vai gerar emprego e renda para as famílias envolvidas na actividade e produção de biogás a partir do lixo.

A cooperação entre Moçambique e a República da Coreia do Sul tem vindo a crescer desde os primeiros acordos de crédito assinados em 2010. Até então, os dois países assinaram oito acordos para projectos de diversas áreas do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), com destaque para a educação, saúde, infra-estruturas públicas, estradas e pontes, meio ambiente, assistência técnica, tecnologias de informação e comunicação, capacitação institucional e formação técnico-profissional.



REGULAMENTO SOBRE PESTICIDAS

Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Saúde, e

para a
Coordenação da Acção Ambiental
Diploma Ministerial Nº. 153/2002 de 11 de Setembro
(BR Nº. 37, I Série de 11 de Setembro de 2002)

44. Titular de Registo – A pessoa ou entidade a quem foi concedido o registo oficial de um Pesticida, autorizando a sua distribuição.

45. Título de Registo - Documento oficial emitido pelo registador para o requerente, comprovando a autorização de distribuição de um Pesticida.

CAPÍTULO II

(Âmbito de aplicação)

ARTIGO 2

(Âmbito de aplicação)

O presente regulamento aplica - se ao registo, importação, transporte, distribuição, produção e aplicação de pesticidas agrícolas, de uso pecuário, e de saúde pública, bem como aos adjuvantes.

CAPÍTULO III

(Competências)

ARTIGO 3

(Entidade de Registo)

1. A DINA, através da Entidade de Registo, é o órgão responsável pela emissão do registo e concessão de autorizações no âmbito deste regulamento, depois de obtido o parecer favorável da DNS, DNAIA e/ou

INIVE.

2. A Entidade de Registo é dirigida pelo Registador.

3. Sempre que julgar necessário a Entidade de Registo poderá consultar outras entidades ou comissões, especificamente criadas para a avaliação técnica de pesticidas.

4. Após aprovação do Processo de pedido de registo do pesticida pela entidade de registo, o registador, fará a emissão do respectivo título.

ARTIGO 4

(Comissão de Aconselhamento Técnico Sobre Pesticidas e Fertilizantes)

1. O MADER criará a Comissão de Aconselhamento Técnico que apresentará

recomendações

ao Ministro, sobre questões relacionadas com o presente regulamento, e

terá a seguinte
composição:

a) o Director Nacional da Agricultura, o qual exercerá as funções de

presidente do CAT;

b) o Director Nacional de Extensão Rural;

c) um representante da Investigação Agrária;

d) um representante do MISAU;

e) um representante do MICOA;

f) um representante do INNOQ;

g) um funcionário da DINA que exercerá as funções de Secretário do CAT,

PR Guebuza reconduz Machatine Munguambe para TA

O Presidente da República, Armando Guebuza, reconduziu, através do Despacho Presidencial n.º 32/2014 de 27 de Maio, Machatine Paulo Marrengane Munguambe, para o cargo de Presidente do Tribunal Administrativo.

A recondução de Machatine Munguambe pelo Chefe do Estado moçambicano foi feita no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea g) do artigo 159, da Constituição da República, em conformidade com o estabelecido no número 2 do artigo 20 da Lei n.º 24/2013, de 1 de Novembro, ouvido o Conselho Superior da Magistratura Judicial Administrativa.

O acto será submetido à Assembleia da República, para apreciação e ratificação, em cumprimento do disposto no n.º 2, alínea h) do artigo 179 da Constituição da República.

Machatine Munguambe foi nomeado pelo Chefe do Estado para o cargo de Presidente do Tribunal Administrativo, através do Despacho Presidencial n.º 09/2009, de 23 de Abril, tendo o mesmo tomado posse a 28 de Maio de 2009, após ratificação da sua nomeação pela Assembleia da República, através da Resolução n.º 6/2009, de 14 de Maio.

MMAS em Conselho Coordenador

O Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS) realiza, de 4 a 6 de Junho do corrente ano, na cidade de Pemba, província de Cabo Delgado, a X Sessão do Conselho Coordenador do sector, sob o lema "2010-2014: Um Quinquénio de Consolidação das Estratégias para a Equidade de Género e a Segurança Social Básica".

O evento irá reunir cerca de 80 participantes, entre quadros do sector e convidados, para analisar o grau de cumprimento das resoluções da sessão anterior; apresentar o Balanço do Plano Económico e Social (PES) e de Execução do Orçamento de 2013, nas áreas de Mulher e da Acção Social, bem como o Balanço do PES 2014, referente ao primeiro trimestre.

Paralelamente ao Conselho Coordenador, o MMAS vai debater o balanço preliminar da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014; da proposta de acções estratégicas para o quinquénio 2015-2019 e do PES 2015 para as áreas de Mulher e da Acção Social.



mas sem direito a voto;

h) o registador, sem direito a voto;

i) seis (6) representantes do sector privado e/ou das Associações Empresariais do sector privado.

2. Os representantes do Sector Privado elegerão dentre eles uma pessoa que exercerá as funções de Vice-presidente do CAT.

3. As decisões ou deliberações do CAT serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo um voto a cada membro.

4. Em caso de empate na decisão sobre o assunto em discussão, a decisão final caberá ao Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

CAPÍTULO IV

Registo

ARTIGO 5

(Procedimentos para obtenção do registo)

1. Todas as substâncias com acção pesticida ou reguladora do crescimento vegetal para serem importadas, produzidas, comercializadas e utilizadas no país estão sujeitas a um registo prévio.

2. O registo é concedido pela Entidade de Registo mediante um pedido que deve ser submetido em triplicado ou quadruplicado, quando se trate de produtos para uso pecuário.

3. O pedido deve ser acompanhado pelo Processo do pesticida. A organização do Processo de registo ou sua renovação, contendo os dados técnico-científicos necessários para a avaliação dos pesticidas nas suas diferentes componentes, características físico-químicas, toxicológicas, ecotoxicológicas e biológicas, metabolismo e resíduos, bem como as regras para a elaboração de rótulos, características das embalagens e critérios para a classificação tóxica

e seu impacto no ambiente, está contida nas Normas para o Registo e Manuseamento de Pesticidas.

4. No acto da entrega do pedido, o requerente deverá pagar uma taxa definida pela Entidade de Registo.

5. A DINA publicará as Normas para o Registo e Manuseamento de Pesticidas.

ARTIGO 6

(Avaliação)

1. O registo do pesticida é efectuado com base na avaliação gradual da eficácia e segurança deste, para com a cultura para garantir que em condições normais de utilização, este esteja dentro dos padrões toxicológicos aceitáveis para a saúde humana, animal e ambiental.

2. Durante a avaliação de um pedido de registo ou de renovação a DINA poderá exigir ao requerente informações complementares que considere indispensáveis tais como, amostras do produto formulado ou técnico, da substância activa pura ou ainda exigir a alteração do rótulo, da embalagem ou do material de publicidade dos pesticidas bem como a realização de ensaios no país.

ARTIGO 7

(Composição e especificações)

1. A composição e as características físico-químicas dos pesticidas propostos para registo devem obedecer às especificações da Organização Mundial de Saúde (OMS) ou da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e devem constar do rótulo.

Quando estas especificações não existam, a Entidade de Registo, poderá considerar as especificações apresentadas pelo fabricante.

2. As especificações do rótulo sobre as substâncias activas deverão coincidir com as contidas no pesticida e obedecer aos padrões internacionais.

ARTIGO 8

(Alteração da origem ou da composição)

1. A alteração do país de produção e/ou do proprietário do pesticida, deve ser comunicada à entidade de registo.

2. Qualquer alteração à composição de um pesticida dará origem a um novo produto sujeito a um novo registo.

Niassa: ITIE divulga relatório de transparência na Indústria Extractiva

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

Numa altura em que Moçambique encontra-se na mira de investimentos decorrentes da crescente descoberta na área de hidrocarbonetos e recursos minerais, a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), sob a liderança do Ministério dos Recursos Minerais, realizou, recentemente, em Lichinga, província de Niassa, uma conferência para a divulgação do Quarto Relatório da ITIE. A conferência tinha como objectivo dar a conhecer aos intervenientes do sector da indústria extractiva e à sociedade no geral as receitas arrecadadas pelo Estado e permitir que os mesmos contribuam para adopção de medidas que garantam a exploração sustentável dos recursos extractivos.

O evento contou com a participação de 60 convidados, entre membros do Governo, representantes de empresa do sector mineiro, organizações da sociedade civil, e parceiros de cooperação.

O encontro debateu igualmente projectos de combate à pobreza, relacionados com a alocação das receitas arrecadadas na indústria



extractiva para a construção de infra-estruturas sociais como escolas, estradas, hospitais, abastecimento de água, distribuição da rede eléctrica e criação de emprego.

A Secretária Permanente da Província de Niassa, Verónica Langa, instou os participantes da conferência para continuarem a melhorar os

mecanismos de transparência na gestão de recursos, protecção dos direitos das comunidades, partilha dos benefícios e padrões ambientais no contexto dos recursos extractivos, para garantir a boa governação.

As receitas arrecadadas pelo Estado, na indústria extractiva, durante o ano de 2011, são de pouco mais de três mil milhões de meticaís.

Os dados reflectem os pagamentos declarados por 39 empresas, das quais, 23 da área mineira e 16 do sector de hidrocarbonetos, incluindo quatro instituições do Estado, com destaque para a Direcção Geral de Impostos (DGI), o Instituto Nacional de Petróleos (INP), a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE).

Moçambique aderiu à ITIE em 2009, como o propósito de promover e reforçar a boa governação, através da transparência, prestação de contas, participação e exploração sustentável dos recursos extractivos, comunicando de forma eficiente e eficaz os resultados e benefícios do sector de recursos minerais, através da divulgação sistemática dos



Participantes do seminário de “transparência na Indústria Extractiva”

relatórios de reconciliação.

A iniciativa exige a publicação regular dos pagamentos da iniciativa extractiva e receitas do sector, encorajando o governo, as empresas extractivas, sociedade civil e comunidade internacional a trabalharem em conjunto no desenvolvimento de uma plataforma de promoção de transparência nos pagamentos efectuados pelo sector.

Falando durante a apresentação do relatório, o Coordenador Nacional da ITIE em Moçambique, Benjamim Chilenge, deu a conhecer que o plano de trabalho da iniciativa de transparência, no período de 2013 à 2015, assenta-se em três pilares, nomeadamente, a implementação e sustentabilidade da ITIE, através de um plano de trabalho com as actividades e orçamento garantido; capacitação, partilha e disseminação de informação para as partes interessadas e produção de relatórios, com vista a garantir a revalidação de Moçambique em 2016.

Chilenge afirmou ser necessário continuar a assegurar o reporte atempado e detalhado e promover boas práticas na gestão da indústria extractiva, com o envolvimento das partes interessadas (Governo, Sociedade Civil, Sector Privado e as Comunidades).

A Sustentabilidade orçamental para a implementação da ITIE em Moçambique sem recurso à ajuda externa, tendo em conta que o processo é oneroso e há outras prioridades no país (por exemplo: empresas mineiras apoiarem o processo); e tornar o processo interactivo e participativo à semelhança do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), são igualmente apontados como desafios permanentes.

Em Julho de 2013, a ITIE adoptou novos padrões para a implementação de relatórios, passando de 21 para 7 requisitos, devendo-se ainda



Parte dos facilitadores do seminário sobre Indústria Extractiva

apresentar a informação sobre os contratos rubricados entre as empresas e o Estado, informação sobre os titulares e accionistas das empresas extractivas, distribuição das receitas, transferências entre Governo e as empresas estatais, receitas de transporte e Gás, buscando maior dinamismo no processo de comunicação da iniciativa e maior alcance ao público.

As novas regras desafiam Moçambique a justificar a alocação das receitas arrecadadas na indústria extractiva, por constituir um potencial para o desenvolvimento económico do país.

Os participantes da conferência da ITIE consideram que para garantir maior transparência, os próximos relatórios devem apresentar a alocação do valor e os benefícios da arrecadação de receitas nas zonas onde são explorados os recursos e sugerem que se faça menção do valor das contribuições da matéria processada e bruta.

Ainda no âmbito da garantia de transparência no sector da Indústria extractiva, estão a ser implementadas acções de capacitação e consciencialização das comunidades

e organizações da sociedade civil sobre os benefícios da ITIE, para que as mesmas possam replicar os conhecimentos nas zonas de origem.

A ITIE é uma iniciativa global de carácter voluntário, lançada em 2002, pelo antigo Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, e tem como propósito melhorar a governação nos países ricos em recursos extractivos, através da verificação e publicação dos pagamentos das empresas e das receitas colectadas pelo Governo nos sectores de petróleo, gás e mineração.

Maputo acolheu, em Abril último, o seminário de lançamento oficial do Quarto Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva.

Ficha Técnica



Propriedade do Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINHO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Túnia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av.Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - jornalmocambique@gmail.com

tel nº 21 49 02 09

www.portaldogoverno.gov.mz

José Craveirinha

Passam 11 anos depois do Poeta-mor moçambicano e primeiro autor africano a conquistar um dos prestigiados prémios literários dos países de língua portuguesa – o Prémio Camões 1991 - partiu para uma viagem sem regresso. Estamos a falar de José Craveirinha.

O escritor moçambicano, José Craveirinha nasceu a 28 de Maio de 1922 (completaria, hoje, 92 anos), na então Lourenço Marques (actual Maputo) e faleceu a 6 de Fevereiro de 2003, na África do Sul.

Filho de pai algarvio, cuja família partira para Moçambique em 1908, em busca de fortuna, estudou na escola «Primeiro de Janeiro», pertencente à Maçonaria. Ainda adolescente, começou a frequentar a Associação Africana.

Colaborou n'O Brado Africano, que tratava de assuntos de carácter local, que diziam respeito à faixa da população desprotegida.

Fez campanha contra o racismo no "Notícias", onde trabalhava, tendo sido o primeiro jornalista oficialmente sindicalizado.

Em 1958, começou a trabalhar na Imprensa Nacional. Continuou no "Notícias" até à fundação do jornal "A Tribuna", em 1962 e, entre 1964 e 1968 esteve preso (por fazer parte de uma célula da 4.ª Região Político-Militar da Frelimo), tendo tido a oportunidade de conhecer, na prisão, o pintor Malangatana.

Colaborou, como jornalista, nos periódicos moçambicanos O Brado Africano, Notícias, Tribuna, Notícias da Tarde, Voz de Moçambique, Notícias da Beira, Diário de Moçambique e Voz Africana e utilizou os seguintes pseudónimos: Mário Vieira, J.C., J. Cravo, José Cravo, Jesuíno Cravo e Abílio Cossa. Foi presidente da Associação Africana na década de 1950.

Craveirinha começou a escrever cedo, mas a sua poesia demorou a ser publicada. Em Lisboa, a primeira obra a surgir foi Xigubo, em 1964, através da Casa dos Estudantes do Império. A partir de determinada altura, a consciência política do autor passou a reflectir-se em obras como "O Grito" e "O Tambor".

Apesar de a sua obra reflectir a influência dos surrealistas, é fortemente marcada por todo um carácter popular e tipicamente moçambicano. A sua poesia possui um carácter social, que radica nas camadas profundas do povo moçambicano.

Craveirinha recebeu o Prémio Camões, em 1991, e ganhou condecorações dos antigos presidentes de Portugal e de Moçambique, Jorge Sampaio e Joaquim Chissano, respetivamente.

Vice-presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, escritor galardoado com o prémio "Vida Literária" da Associação de Escritores Moçambicanos, José Craveirinha foi homenageado no dia 28 de Maio de 2002, na sequência da iniciativa do Governo moçambicano de consagrar 2002 como ano José Craveirinha.

Foi o primeiro presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Escritores Moçambicanos, entre 1982 e 1987. Em sua homenagem, a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), em parceria com a HCB (Hidroeléctrica de Cahora Bassa), instituiu, em 2003, o Prémio José Craveirinha de Literatura.

Fonte: www.infopedia.pt

Curiosidades

Sabia que José Craveirinha “nasceu três vezes” na sua vida?

Saiba tudo na auto-biografia deste que foi um dos grandes lutadores de que Moçambique se orgulha: José Craveirinha. «Nasci a primeira vez a 28 de Maio de 1922. Isto num domingo. Chamaram-me Sontinho, diminutivo de Sonto. Isto por parte da minha mãe, claro. Por parte do meu pai, fiquei José. Aonde? Na Av. Do Zihlahla, entre o Alto Maé e como quem vai para o Xipamanine. Bairros de quem? Bairros de pobres. Nasci a segunda vez quando me fizeram descobrir que era mulato... A seguir, fui nascendo à medida das circunstâncias impostas pelos outros. Quando o meu pai foi de vez, tive outro pai: seu irmão. E, a partir de cada nascimento, eu tinha a felicidade de ver um problema a menos e um dilema a mais. Por isso, muito cedo, a terra natal em termos de Pátria e de opção. Quando a minha mãe foi de vez, outra mãe: Moçambique. A opção por causa do meu pai branco e da minha mãe preta. Nasci ainda outra vez no jornal O Brado Africano. No mesmo em que também nasceram Rui de Noronha e Noémia de Sousa. Muito desporto marcou-me o corpo e o espírito. Esforço, competição, vitória e derrota, sacrifício até à exaustão. Temperado por tudo isso. Talvez por causa do meu pai, mais agnóstico do que ateu. Talvez por causa do meu pai, encontrando no Amor a sublimação de tudo. Mesmo da Pátria. Ou antes: principalmente da Pátria. Por parte de minha mãe, só resignação. Uma luta incessante comigo próprio. Autodidacta. Minha grande aventura: ser pai. Depois, eu casado. Mas casado quando quis. E como quis. Escrever poemas, o meu refúgio, o meu País também. Uma necessidade angustiosa e urgente de ser cidadão desse País, muitas vezes, altas horas a noite.» José Craveirinha

Fonte: www.wikipedia.org